

O MOMENTO POLÍTICO

1. ITAMAR VEM PRATICANDO, NO ESSENCIAL, A MESMA POLÍTICA DE COLLOR

Apesar das críticas à modernidade collorida, dos discursos em defesa dos interesses nacionais e das declarações simpáticas aos sofrimentos dos “homens e mulheres simples”, Itamar vem praticando, no essencial, a mesma política econômica adotada por Collor: altas taxas de juros, privatizações e uma negociação da dívida externa lesivas aos interesses nacionais; políticas internas de incentivo ao grande capital, manifestas, inclusive, no chamado Plano Eliseu. Hegemonizado pelos conservadores, o Governo Itamar é incapaz de iniciar as mudanças necessárias ao País, como também de impedir o agravamento da situação nacional. Daí a inexistência de identidade com um governo vacilante e ambíguo como o de Itamar Franco, por mais que ele tenha nascido da luta do impeachment e por mais que seja integrado por partidos que consideramos aliados. Sob o guarda-chuva do ministério multipartidário, Itamar substitui os gestos concretos por discursos impulsivos e mantém em sua equipe elementos comprometidos com a ditadura e com os desmandos de Collor. A área econômica tem sido marcada por sucessivas trocas de ministros e pelo imobilismo no combate à inflação, que já supera 30% ao mês, promovendo uma violenta concentração de renda, penalizando os 12 milhões de aposentados e pensionistas, o funcionalismo público, as categorias com menor poder de barganha e os milhões que recebem um salário mínimo. Para sair dessa situação de miséria é necessária a aprovação do reajuste mensal de salários, como defende o PT. Com o Governo Itamar, continuam ganhando os especuladores, os sonegadores de impostos, o grande capital oligopolista e os bancos, que apresentam escandalosas taxas de rentabilidade, alimentadas por uma taxa de juros que inviabiliza o investimento produtivo e que corrói as finanças públicas.

A nomeação do ministro Fernando Henrique Cardoso foi acompanhada de grande expectativa e de uma mudança de comportamento, dos meios de comunicação e do empresariado em geral, frente ao governo. Eliseu Resende, comprometido com os empreiteiros, foi substituído por um senador com um passado democrático. No entanto, o programa de privatização — que vem favorecendo grandes grupos econômicos de forma inaceitável, como no caso da CSN — está mantido e será acelerado.

As iniciativas da nova equipe, até o momento, apontam para uma reforma do Estado na direção do Estado Mínimo, com violentos cortes orçamentários na área social, inspirados no ideário neoliberal. O governo volta à retórica vazia do pacto social, enquanto se nega a aprovar uma política salarial apresentada pela Bancada do PT no Congresso Nacional.

O Governo Itamar tem-se demonstrado incapaz de enfrentar a crise econômica e de promover as reformas estruturais, e seu imobilismo agrava a crise social.

Confirma-se, portanto, a justeza da posição definida pelo PT — apesar das ambigüidades do primeiro momento — de manter-se fora do governo, como

oposição, não se recusando, como é óbvio, a apresentar alternativas concretas e apoiar iniciativas pontuais que atendam os interesses das maiorias.

2. O PT E OPOSIÇÃO AO GOVERNO ITAMAR

Preocupados em dar sustentação a um governo originado do impeachment, acreditando na possibilidade de reverter a política econômica collorida e ansiosos em contribuir para a melhoria das condições de vida de nossa população, diversos partidos e personalidades comprometidos com o povo têm emprestado seu apoio ao governo federal. O PT está na oposição a esse governo, e fará gestões para que nossos aliados potenciais dele se afastem. Nossa oposição é pautada por propostas alternativas de emergência, referenciadas no programa de governo que apresentaremos ao País durante a campanha eleitoral.

No atual momento, qual tática concretiza a oposição a Itamar? Sem dúvida, a primeira ação é tomar a iniciativa de articular um movimento de massas, partidos, entidades e sindicatos numa campanha nacional por medidas urgentes, capazes de atenuar as condições de vida das maiorias. Nela, se incluem reformas democráticas — da legislação político-eleitoral e dos meios de comunicação — e exigências reivindicativas populares: revogação das privatizações, anulação do acordo com o FMI e suspensão do pagamento da dívida externa, não ao IPMF, imediato assentamento dos acampados e reforma agrária, Fundo Nacional de Transportes, salário mínimo e reajuste salarial mensal, punição dos culpados na CPI, extensão dos direitos de cidadania aos milhões de marginalizados, entre outros pontos.

3. O PT ATUA NA CONJUNTURA, ACUMULANDO FORÇAS PARA A DISPUTA DE 1994

A vitória do presidencialismo no plebiscito tornou explícitas as articulações políticas com vistas à disputa de 1994. Nesse quadro, a ação do PT na oposição ao Governo Itamar, nos parlamentos, nos governos municipais que administramos, nos movimentos e nas lutas sociais deve ter como objetivo acumular forças para a disputa de 1994. Tarefas inseparáveis da reorganização do Partido, da renovação de nosso projeto socialista, da elaboração do programa de governo da candidatura Lula, instrumento de disputa de hegemonia no próximo período.

No plebiscito sobre forma de governo, o povo [se] recusou [a] dar um cheque em branco a esse Congresso Nacional, que seria depois utilizado na Revisão Constitucional. [Esta] é uma tentativa da maioria reacionária do atual Congresso de reescrever a Constituição, para torná-la ainda mais conservadora: retirar as poucas conquistas sociais, eliminar monopólios do Estado e dispositivos de proteção da economia nacional e adequar as instituições às necessidades presentes da dominação, antes mesmo que muitos dos principais dispositivos constitucionais de 1988 tenham sido objeto de legislação regulamentadora. Essa Revisão Constitucional — sem participação popular — não interessa ao PT e ao movimento social.

Por outro lado, os principais problemas do País não foram resolvidos pela Constituição de 1988 — a sangria da dívida externa, a questão agrária, a ausência de recursos para despesas sociais, a distribuição de renda etc. — e não será este

Congresso reacionário, deslegitimado pelo plebiscito e em final de mandato, que irá fazê-lo.

Tal tarefa pressupõe um debate nacional e uma mobilização social que, democraticamente, atribuam um mandato para que um novo Congresso, reunido para esse fim, tome as medidas que se exige.

Por tudo isso, o PT, junto com outros setores democráticos e movimentos sociais, deve denunciar a falta de legitimidade, combater essa Revisão Constitucional prevista para outubro, e que se tenta até puxar para os próximos meses, compreendendo-a como uma barragem à alternativa democrático-popular que queremos desenvolver no Brasil.

Tanto esse processo de mobilização contra a Revisão Constitucional quanto a posição do Partido no desdobramento da conjuntura deve passar pela ampla participação das bases do PT, em nível municipal e estadual. Essa participação é que dará o grau de sucesso de nossa política nacional no enfrentamento das forças conservadoras.

4. A OPOSIÇÃO A ITAMAR E A VITÓRIA EM 1994 EXIGEM UMA RETOMADA DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A vitória das forças democráticas e populares em 94 depende de nos caracterizarmos como oposição e força alternativa ao Governo Itamar. Mas depende, sobretudo, de estarmos vinculados à reanimação dos movimentos sociais, especialmente o movimento sindical, expressando no plano político os interesses desses movimentos. Se é verdade que a situação de crise desestimula a mobilização, também faz falta uma orientação política mais clara sobre como atuar na conjuntura e sobre a vinculação dos movimentos sociais com a luta pelas reformas estruturais. Só haverá retomada da mobilização quando o movimento sindical refizer os vínculos da luta específica com as propostas nacionais. É nesse sentido que o PT deve orientar sua atuação nos movimentos populares, sindical, estudantil, de mulheres, negros, sua relação com as entidades da sociedade civil, com as Igrejas, com os partidos aliados e com os marginalizados. Trata-se de interessar milhões de trabalhadores e trabalhadoras para uma luta por mudanças, para a defesa de metas nacionais — como o combate à fome, a reforma agrária, a extensão da saúde e da educação a todos os brasileiros — que sinalizem o Brasil que queremos.

5. AS PREFEITURAS DEMOCRÁTICAS E POPULARES SÃO PARTE INTEGRANTE DA DISPUTA DE PROJETOS NACIONAIS

A ação das prefeituras democráticas e populares deve vincular o trabalho governamental à disputa nacional que se trava, desde já, no País e que terá seu ápice no próximo ano. Trata-se de realizar, nos limites do governo municipal, nosso programa, através de políticas públicas que resultem na melhoria das condições de vida da população e na democratização do Estado.

Medidas que prefigurem, no plano local, nossas intenções no governo federal. Um exemplo concreto de nossa capacidade de governo e de que é possível mudar o País.

6. O PT BUSCA, DESDE JÁ, CONSTITUIR ALIANÇAS SOCIAIS E PARTIDÁRIAS PARA 1994

Diante da complexidade de eleições simultâneas para presidente, governadores, Congresso e legislativos estaduais, o PT deve propor às forças interessadas em um governo democrático e popular uma política de alianças em torno do Programa de governo, para se contrapor à movimentação das elites, que se dividem entre a candidatura Maluf e a chamada terceira via.

A necessidade de construir um arco de alianças que viabilize a vitória, e também o cumprimento do programa transformador, exige uma composição partidária mais ampla que a dos partidos que se assumem como esquerda, como o PSB, o PPS, o PCdoB, o PC e o PSTU.

Merecem análise à parte os partidos e articulações de centro-esquerda, particularmente Brizola, com seu PDT, e o PSDB, que vêm tendo políticas ambíguas, mas que poderão interferir decisivamente na disputa de hegemonia posta na conjuntura.

7. “RECICLADO”, MALUF É HOJE O LÍDER DA DIREITA

Constituída em sua maioria por seguidores da Ditadura Militar, que apoiaram Collor, a direita tem em Paulo Maluf e Antônio Carlos Magalhães seus principais representantes.

ACM, governador da Bahia, articula-se com grandes empresários, controla um número significativo de parlamentares e tem base popular, principalmente no Nordeste.

Paulo Maluf organizou um novo partido, o PPR, visando atrair para a sua candidatura a presidente os carlistas e mesmo parte da direita do PMDB. Com a vitória na eleição paulistana e a reciclagem de sua imagem, Maluf é hoje o principal líder da direita: tem base popular própria, influencia diversos parlamentares e possui forte articulação com o empresariado. Maluf tenta se qualificar como principal alternativa da burguesia na disputa em 1994.

8. O CENTRO CONSERVADOR BUSCA UM CANDIDATO

A centro-direita, hegemônica pelo PMDB e formada também por parte do PFL e partidos menores, conta com a maioria dos deputados e dos governadores. Do ponto de vista político, compreende vários setores da oposição burguesa à Ditadura Militar. Foi a principal base de apoio do Governo Sarney e, agora, do Governo Itamar. Seu candidato potencial, o ex-governador Orestes Quécia, que emergia das eleições de 90 como principal alternativa eleitoral da burguesia no confronto com Lula, renunciou à Presidência do PMDB, abrindo uma crise no partido e enfraquecendo a posição do governador Fleury.

A manobra de Quécia, encarada como uma maneira de sair do fogo cruzado das acusações de corrupção, favorece, num primeiro momento, a chamada terceira

via, mas também pode ser encarada como um recuo tático, para retomar a candidatura à Presidência da República em melhores condições políticas.

9. O PSDB É UM CAMPO EM DISPUTA

Depois de defender uma coligação com o PT para a Presidência, caso fosse aprovado o parlamentarismo, a cúpula do PSDB decidiu lançar candidato próprio e vem trabalhando para impedir que se consuma a polarização entre Lula e Maluf. O mesmo movimento começa a ser feito pelo Presidente Itamar, com ressonância em setores do PMDB e personalidades avulsas, como o governador mineiro Hélio Garcia. Para dar força a esta alternativa, o PSDB tentará atrair partidos que, em 1989, compuseram a Frente Brasil Popular.

Apesar do crescimento eleitoral em 1992, o PSDB não conseguiu constituir um campo próprio, nem se apresentar como alternativa real de governo. Partido de sustentação ao Governo Itamar, sua trajetória vem sendo marcada por ambigüidades: apoiou Lula no segundo turno das eleições de 1989, mas chegou a ter ministros na fase terminal do Governo Collor; apoiou Suplicy no segundo turno das eleições de 1992, mas tem um secretário no Governo Maluf; coligou-se com o PT em diversas cidades, mas noutras serviu de legenda para políticos de direita.

Esse comportamento ambíguo expressa, em certa medida, o caráter contraditório da política e da base social e eleitoral dos tucanos. O PSDB apresenta fortes diferenciações regionais, sendo dominado, em vários estados, por setores conservadores. No seu conjunto e nacionalmente, tem predominado no interior do PSDB um programa inspirado no ideário neoliberal. Ao mesmo tempo, o PSDB tem apresentado uma dinâmica estatal com fortes componentes fisiológicos.

No entanto, apesar de não integrar o campo democrático e popular, o PSDB abriga setores progressistas. Hoje, predomina no PSDB a busca da terceira via, mas amanhã pode estar mais próximo de nós. Por isso, o PT deve disputar o apoio da militância e do eleitorado tucano, a começar pelas cidades onde coligamos, polarizando o máximo de forças para uma aliança com esse partido, a partir de um programa democrático e popular.

10. BRIZOLA REAFIRMA POPULISMO CONSERVADOR

Desgastado pelo apoio a Collor e parte integrante do condomínio de sustentação do governo Itamar, Brizola utilizou-se da campanha presidencialista para recompor sua imagem. Na mesma linha, opôs-se à privatização da CSN. Ao mesmo tempo, desenvolve um ataque permanente a Lula e ao PT. Chefe político do PDT, Brizola deverá ser novamente lançado candidato à Presidência da República. Daí que eventuais alianças com esse partido só serão possíveis no segundo turno.

O PDT continua totalmente atrelado à política brizolista que, desgastada pelo apoio que deu a Collor e a Itamar Franco, procura agora apresentar-se como “social-democrata”, em busca de alianças com o PSB e o PCdoB.

Ao mesmo tempo, acena para a direita, propondo uma aliança conservadora com o PTB e fazendo elogios políticos a Paulo Maluf, inviabilizando qualquer

hipótese de aliança, no 1º turno das eleições presidenciais, com o PT. No entanto, devemos assegurar uma forma ofensiva na disputa das bases e do eleitorado do PDT.

11. O PT DEVE CONCLAMAR OS PARTIDOS ALIADOS A DEIXAREM O GOVERNO ITAMAR

Ressalvadas as contradições impostas pela participação no Governo Itamar, o PT deve-se esforçar para atrair o PSB, o PCdoB e o PPS para uma aliança no primeiro turno. Esforço idêntico deve ser dirigido ao PCB, ao PSTU e ao PV.

Nossa política de alianças não pode desconhecer a participação do PSDB, PPS e PSB no Governo Itamar e as tentativas de articulação da terceira via, bem como as impossibilidades de alianças em nível estadual, desvinculadas do apoio à candidatura Lula, já que as eleições para governadores serão concomitantes com a disputa presidencial.

Por isso, temos que disputar as bases, militante e social, desses partidos, visando incorporar o PSDB, o PPS e o PSB à oposição ao Governo Itamar e à candidatura Lula-94.

12. O PT BUSCA UMA ALIANÇA NACIONAL E NOS ESTADOS

As coligações eleitorais se darão no primeiro e no segundo turno, nos estados e no plano nacional. Tudo indica que haverá uma disputa, no PT e nos demais partidos, entre os interesses nacionais e regionais. Ao PT interessa nacionalizar a política de alianças, vinculando a campanha ao governo dos estados com a campanha presidencial, sem perder de vista que o sucesso da candidatura Lula não depende apenas das alianças que estabeleça no plano político-partidário. Depende, sim, de uma tática de campanha que firme na sociedade um programa alternativo, com ações políticas de envergadura, a exemplo da Caravana da Cidadania.

Devemos decidir se, definida uma política nacional de alianças, esta será impositiva para todos os estados. A resposta é sim e não. É sim quando se tratar da proibição de alianças com quem o Encontro Nacional proíbe. É não quando se trata de obrigar os estados a seguirem uma aliança positiva. Não se pode obrigar os companheiros de um estado a alianças contra a vontade das bases.

Tirada uma posição nacional, negociada uma eventual aliança regional, o DN deve trabalhar os militantes do estado, deve disputar politicamente sua posição, mas o Encontro Regional é soberano, cabendo recurso ao Encontro Nacional.

Evidentemente, os filiados de cada estado levarão em consideração que a questão não é meramente regional. Eles poderão ser convencidos a celebrar alianças que, em outras circunstâncias, não seriam feitas, mas não serão obrigados a isso.

13. UMA TÁTICA OFENSIVA NA CONJUNTURA

Para dar conta das tarefas da conjuntura e levar a bom termo a oposição a Itamar, a retomada da mobilização social e a ação de nossas bancadas e governos

municipais, a nova direção partidária terá de aprender com a trajetória recente do Partido. Assim é que, em vários momentos, nosso Partido não explorou todas as possibilidades que uma situação de crise, como a que vivemos, abre para um partido comprometido com os interesses populares. Só para ficar nos casos mais exemplares: demoramos a perceber o grau de corrosão a que chegara o Governo Collor e, no movimento Fora Collor, relegamos a segundo plano nossa oposição ao neoliberalismo, nos mantendo, muitas vezes, nos marcos estritos do Movimento pela Ética na Política; durante a campanha municipal de 1992, foi freqüente a prática de sobrepor a imagem do candidato à estrela do PT, na suposição de assim ampliar nossas possibilidades de vitória eleitoral. Mais grave, entretanto, foi o fato de, sobretudo no período mais recente, ter prosperado por algum tempo, na direção nacional, uma postura ambígua frente ao Governo Itamar. Recuperando a sua sensibilidade, reafirmando seus compromissos com os anseios da população, o PT estará preparando o caminho da vitória em 1994.